

DEPUTADO FEDERAL RJ

**BERNARDO
ARISTON**



Brasília, Novembro de 2009 - ANO I - nº 21

Minas e Energia apura as causas do apagão

Rosa School

A Comissão de Minas e Energia, da Câmara dos Deputados, em Brasília, vai fazer uma audiência pública para esclarecer à população os motivos do apagão que no último dia 10 deixou vários estados brasileiros sem luz. Dentre os convidados está o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, com quem o presidente da comissão, deputado federal Bernardo Ariston, se encontrou duas vezes no dia seguinte ao blecaute. A idéia da audiência partiu de Ariston, que elaborou outros requerimentos para saber ao certo o que causou o apagão. Dois dias depois do apagão, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou a realização de uma Comissão Externa, fruto de requerimento do deputado Bernardo Ariston, a fim de acompanhar investigações sobre o fato. Um terceiro requerimento, encaminhado ao ministro Lobão, dava conta de mais um pedido de informações. Diante das circunstâncias, Edison Lobão se comprometeu a esclarecer os fatos junto à comissão ainda no dia seguinte ao apagão. À noite, Ariston e outros deputados federais se reuniram com o ministro, o diretor de Furnas Centrais Elétricas, Cesar Zani, o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Nelson Hubner, e o diretor de operações do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Eduardo Barata, que mostraram o que ocasionou o problema.

"Fenômenos atmosféricos causaram o apagão. O Brasil sofre as maiores descargas elétricas do mundo", afirmou o ministro para explicar que raios e tempestade foram os causadores da interrupção no fornecimento de energia em linhas de transmissão, em Itaperá, São Paulo. Com isso, a transmissão de 40% da energia que o Brasil consome foi interrompida.

Edison Lobão garantiu que a causa não foi falta de investimentos no sistema e ressaltou que nos últimos anos foram investidos R\$22 bilhões em linhas de transmissão e R\$8 bilhões em transformadores.

Bernardo Ariston encarou o apagão



como um fato atípico e elogiou o sistema elétrico brasileiro. "É de primeiro mundo. 98% da rede é integrada. Por segurança do sistema, ele foi sendo desligado em cascata. O sistema garantiu que não houvesse uma tragédia maior no sistema elétrico". Apesar de convencido com a explicação dos técnicos do Ministério de Minas e Energia, Bernardo Ariston fará a audiência pública na comissão. "É preciso dar publicidade a tudo o que aconteceu para que a nossa população fique esclarecida do fato ocorrido. Por ser um sistema seguro, o problema foi

identificado rapidamente", disse.

Com relação aos pedidos de investigação aprovados pela comissão, Ariston disse que não haveria mais necessidade depois da explicação dada pelo ministério. Bernardo Ariston agradeceu a participação dos parlamentares da Comissão de Minas e Energia no esclarecimento do problema. "Hoje nós fizemos uma corrente pra frente, nos unimos num problema que atingiu um país inteiro. Nos unimos para buscar os fatos que geraram este problema e a população precisava de uma resposta", afirmou.

Deputado destina verba para setor nuclear

A Comissão de Minas e Energia, da Câmara dos Deputados, aprovou duas emendas, ambas de autoria do deputado Bernardo Ariston, que visam aperfeiçoar o uso da energia nuclear no Brasil e livrar o país da dependência externa com relação ao processo de produção de combustível nuclear. Uma delas destina R\$100 milhões à ampliação da capacidade produtiva do combustível nuclear da INB (Indústrias Nucleares do Brasil). Os recursos serão destinados ao enriquecimento de urânio, implantação de uma fábrica de conversão no Brasil, modernização do parque industrial da INB e implantação da unidade de produção de tubos onde são alojadas as pastilhas de urânio.

A INB é responsável pela produção do combustível usado nas usinas nucleares nacionais e precisa expandir a capacidade de produção dessa energia para atender a demanda de 5.345 MW do Plano Nacional de Energia do Governo Federal. Para atender o aumento na demanda por este tipo de energia é preciso aumentar a capacidade de produção das centrífugas usadas no enriquecimento de urânio e aumentar a fabricação dos elementos combustíveis que abastecem os reatores das usinas nucleares. Atualmente o país gasta por ano cerca de US\$ 20 milhões com o enriquecimento do urânio no exterior e cerca de US\$ 6 milhões por ano com a compra dos tubos que armazenam o combustível. Para o di-

retor técnico de enriquecimento da INB, Mario Botelho, a verba é imprescindível para que a estatal alcance a meta do governo de produção de combustível nuclear. "O Brasil já tem o domínio tecnológico e precisa ter o domínio de todo o ciclo da produção industrial do combustível nuclear. Além de diminuir a dependência do exterior, isso ajudaria na economia de divisas do País", afirmou.

A Comissão de Minas e Energia aprovou também emenda de R\$98,5 milhões para a Marinha. Destinada à construção do protótipo de um reator nuclear, a verba irá para o Programa Nuclear da Marinha. As duas emendas ainda precisam ser aprovadas pela Comissão Mista de Orçamento.



Regulamentação da Lei do Gás

Representantes de associações de distribuidores, produtores e consumidores de gás estiveram na Comissão de Minas e Energia. Em encontro com o presidente da comissão, deputado Bernardo Ariston, eles pediram ajuda para que a Lei do Gás seja regulamentada. Considerada o marco regulatório do gás, a lei visa disciplinar o setor. De acordo com Marcelo Moraes, diretor de relações institucionais da Abiape (Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia) a lei deveria ter sido regulamentada até junho último. "Até agora não foi e nós estamos aguardando a ação do Ministério de Minas e Energia neste sentido", acrescentou ele.

Outro ponto tratado no encontro foi o preço do combustível. "Existe um monopólio de fato no fornecimento e transporte e nós queremos mais transparência no fornecimento dos preços do gás". De acordo com Marcelo, os preços praticados entre as distribuidoras e os consumidores são regulamentados por lei, o que não acontece, segundo ele, nos preços para as distribuidoras. "Da produção e importação até a distribuição não existe regulamentação. A Petrobras bota o preço que quer", afirmou.

Acompanhe o trabalho

do deputado federal

Bernardo Ariston atra-

vés dos sites:

www.videolog.tv/

bernardoariston e

www.bernardoariston.com.br

Acesse também:

[www.twitter.com/](http://www.twitter.com/bernardoariston)

bernardoariston

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Gabinete do Deputado Federal Bernardo Ariston - PMDB - RJ

Gabinete 710. Câmara dos Deputados anexo IV, Brasília DF - Tel: (61)3215-1710

dep.bernardoariston@camara.gov.br

Edição, reportagem e redação:
Rosa School

Diagramação e arte final: Studio Fenix (22) 9211-9030